

DINAMICAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO: O CASO DA SERRA CATARINENSE

Mikael Oliveira Linder
Luiz Carlos Beduschi Filho

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir as bases teóricas que sustentam uma pesquisa sobre desenvolvimento territorial e ação coletiva para a valorização de recursos territoriais na região da Serra Catarinense. A pesquisa busca compreender as implicações do processo de construção social do território sobre seu desenvolvimento, guiando-se pela seguinte questão central: *por que os espaços de interação social no território ainda não possibilitam aos atores da Serra Catarinense se mobilizar coletivamente para resolver os conflitos e transformar seus recursos territoriais em ativos territoriais?* O artigo apresenta e discute as principais referências bibliográficas que dão sustentação teórica à pesquisa, em especial as contribuições da Nova Sociologia Econômica e nas pesquisas sobre recursos territoriais. À luz dessas teorias e do acompanhamento dos processos de criação e funcionamento do colegiado territorial, apresentam-se os resultados preliminares.

1 INTRODUÇÃO

A história dos últimos 20 anos assistiu o revigoramento do enfoque territorial do desenvolvimento nas Ciências Sociais e em algumas organizações internacionais (Beduschi *et al.*, 2004). As visíveis limitações das abordagens desenvolvimentistas de traços essencialmente setoriais e centralizados estão entre os fatores que promoveram a emergência do desenvolvimento territorial.

As restrições impostas pelas abordagens tradicionais (setoriais e centralizadas) se refletem, por um lado, na impossibilidade que elas têm de alcançar o caráter multidimensional do desenvolvimento, assim como na sua inflexibilidade diante da heterogeneidade de situações ecossocioeconômicas que as regiões comportam. Por outro, elas normalmente colocam em segundo plano o papel da participação e da interação dos atores a quem se destinam.

No Brasil, o tema do desenvolvimento territorial ganhou relevância em anos recentes. Um dos órgãos governamentais a adotá-la foi o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esse Ministério delimitou 164 territórios rurais no Brasil.¹, para os quais foram elaboradas políticas públicas específicas para a promoção do seu desenvolvimento.

¹ Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, território é “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (2005).

A Serra Catarinense (Fig. 1 e 2) está entre os territórios delimitados pelo MDA. Localizado no planalto sul do Estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil, este território é composto por dezoito municípios, que abrangem uma área de 16.198,9 km² e comportam uma população de 287.276 pessoas.

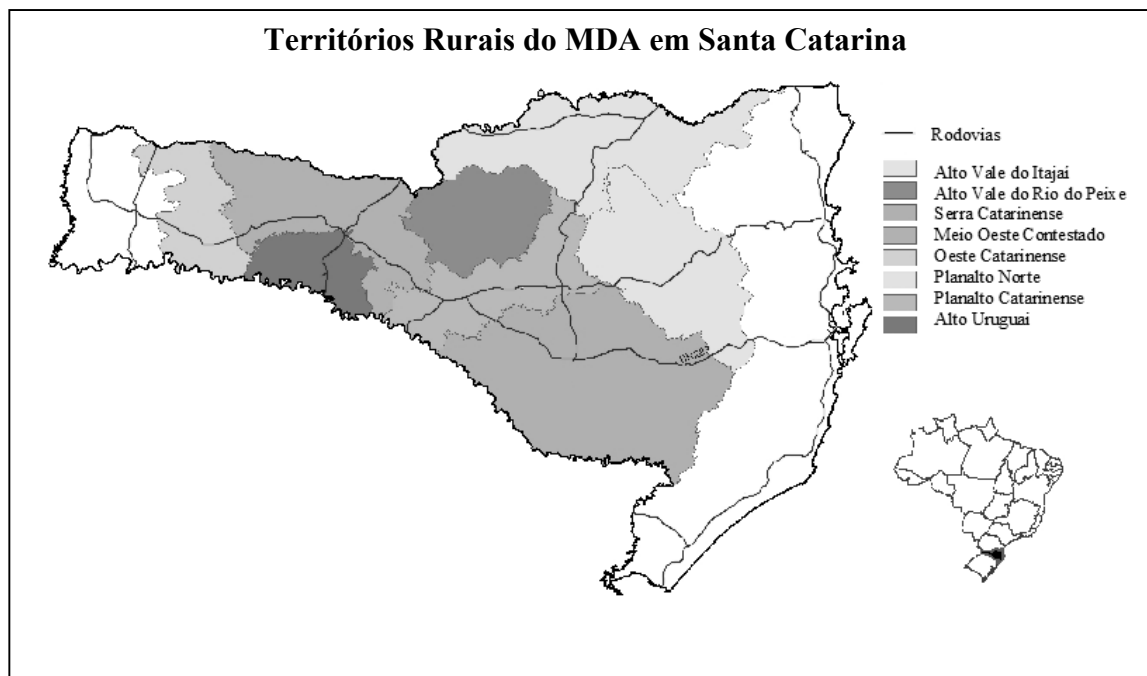


Fig. 1 Territórios Rurais do MDA no Estado de Santa Catarina

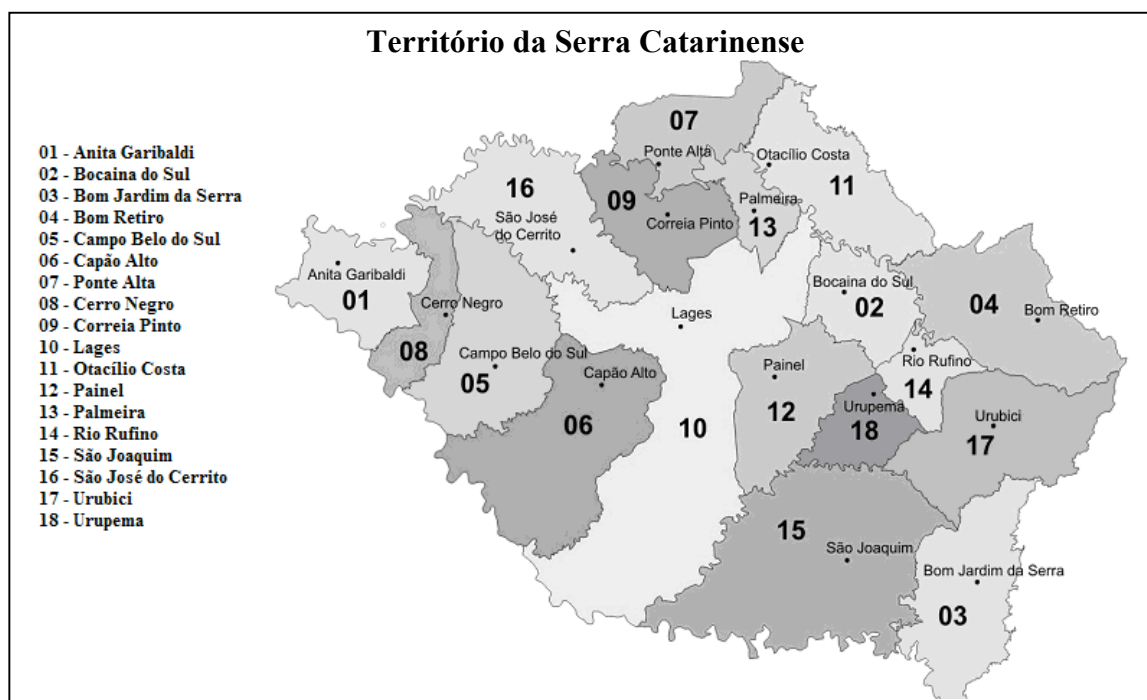


Fig. 2 Território da Serra Catarinense e os 18 Municípios-membros

Esse território possui um grande potencial a ser explorado, dado pela presença de vários recursos culturais e naturais latentes, como, por exemplo, a paisagem dos campos serranos, a uva e o vinho de altitude, o queijo serrano, a raça bovina crioulo lageano, a maçã de São Joaquim.

Quando os recursos de um território são identificados, organizados e valorizados por iniciativas coletivas dos atores locais, tornam-se ativos territoriais. O ativo, diferentemente do recurso, “é um fator em atividade, quer dizer, valorizado no mercado” (Pecqueur, 2006, p. 96). Este processo de ativação de recursos não acontece de forma homogênea em todos os lugares. Ele varia conforme as dinâmicas de cada território, isto é, a capacidade dos seus atores em se articularem coletivamente para construir uma visão compartilhada sobre as práticas e representações do território e seus recursos. Alguns países europeus têm buscado a utilização de instrumentos, como a criação de espaços para a interação entre os atores², para facilitar o processo de ativação. Na América Latina, uma pesquisa realizada pelo RIMISP³ (Ranaboldo *et al.*, 2009) concluiu que ainda se deve avançar muito nessa direção.

Com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do território nesta perspectiva, o MDA e o Governo do Estado de Santa Catarina criaram espaços colegiados em que os atores pudessem dialogar. Pelo MDA, foi criado um colegiado de desenvolvimento territorial (CODETER), aberto à participação dos atores dos dezoito municípios da Serra Catarinense. O governo do Estado criou duas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), uma em São Joaquim⁴ e outra em Lages⁵, cada qual com seu conselho de desenvolvimento composto por representantes da sociedade e do poder público. Apesar das intenções e dos esforços iniciais, ainda é muito cedo para ter conclusões definitivas sobre a efetividade destas iniciativas. Contudo, existem algumas evidências que indicam que as iniciativas coletivas de valorização dos recursos continuam esbarrando nos conflitos locais.

Uma pesquisa realizada por Búrigo *et al.* (2008) demonstrou que as ações empreendidas pelo MDA não foram suficientes para alterar o ambiente institucional conflituoso. O campo de ação se reduziu ao universo setorial da agricultura familiar. A pesquisa também apontou para a falta de articulação entre as experiências de desenvolvimento regional das diferentes organizações que representam os setores socioeconômicos da Serra Catarinense, em especial entre as iniciativas das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) de Lages e São Joaquim e da Associação Comercial e Industrial de Lages (ACIL) e de sua Agência de Desenvolvimento Regional (Agesserra).

Em outro estudo, realizado pela Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (Damo *et al.*, 2004), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), contemplando os seis municípios que compõem a SDR de São Joaquim, apontou para a “necessidade de integração entre os esforços” das instituições públicas, empresariais e das organizações sociais.

Em ambos os casos, vislumbra-se uma mesma lógica. Cooperação e confiança existem dentro dos setores e das organizações, mas não entre eles. Nessa conclusão também chegou a pesquisa realizada na SDR de São Joaquim pela Secretaria de Estado do Planejamento de

² Os GAL, Grupos de Ação Local da Iniciativa Comunitária LEADER na Europa, são um bom exemplo.

³ Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural.

⁴ Abrange os municípios de Bom Jardim, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici, Urupema e São Joaquim.

⁵ Abrange os municípios de Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Ponte Alta e São José do Cerrito.

Santa Catarina: “[...] os membros que pertencem à mesma organização confiam uns nos outros, bem como nas igrejas e nos dirigentes de entidades parceiras. Quando se sai deste círculo, contudo, a confiança decresce” (Damo *et al.*, 2004, p. 47).

A falta ou ineficiência dos mecanismos institucionais de mediação de conflitos estimula a perpetuação desta lógica, impedindo que se construam consensos, visões compartilhadas para explorar os recursos territoriais em benefício comum. Essa dinâmica de ação das organizações, em que prevalecem “cooperação interna” e dificuldade de “cooperação externa”, parece enraizada no território e gera a questão que norteia a pesquisa: *tendo em vista o grande potencial de desenvolvimento representado pelos recursos presentes no território, quais são os constrangimentos presentes nos espaços de interação social implementados no território da Serra Catarinense que dificultam que os atores sociais se mobilizem coletivamente para resolver os conflitos e transformar seus recursos territoriais em ativos territoriais?*

Duas hipóteses são formuladas para responder a pergunta. Na primeira, a dificuldade de mobilização coletiva teria origem em um comportamento institucionalizado, cuja origem remonta ao processo de ocupação do território por tropeiros⁶ e bandeirantes⁷. Tal processo se fundamenta em uma lógica na qual prevalecia a cooperação dentro de cada propriedade rural (organização), mas não externamente. Esta lógica teria se reproduzido ao longo dos anos, dificultando que os atores sociais conseguissem identificar os potenciais benefícios que poderiam derivar da cooperação interorganizacional e intersetorial.

Uma segunda hipótese atribui a dificuldade de articulação entre os diversos atores à fragilidade dos instrumentos jurídicos de formação de conselhos e órgãos de deliberação colegiada, do qual o CODETER é um exemplo. Em síntese, inexistiriam instrumentos jurídico-políticos adequados para estimular a interação entre as diferentes organizações e setores da Serra Catarinense.

Para verificar as hipóteses e responder a pergunta, a pesquisa se apóia fundamentalmente nas contribuições da Nova Sociologia Econômica, da Geografia Econômica e Regional, da análise de redes sociais, e nas pesquisas sobre recursos e ativos territoriais. Assim, na primeira parte, são apresentadas os conceitos de recursos e ativos territoriais e sua importância como fator de desenvolvimento na perspectiva territorial. Num segundo momento, adentra-se no debate sobre capital social e ação coletiva, ressaltando as limitações da noção de capital social para a interpretação do caso da Serra Catarinense. No item quatro são apresentadas as contribuições da Nova Sociologia Econômica, tais como a “teoria dos campos”, de Bourdieu, a teoria da “habilidade social” de Neil Fligstein. No quinto item, à luz das teorias da Nova Sociologia Econômica e de algumas evidências empíricas, apresentam-se as conclusões iniciais desta pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ATIVOS TERRITORIAIS

⁶ Tropeiro é designação dada àqueles que conduziam as tropas de muares e cavalos e os rebanhos de bovinos entre as regiões produtoras e as consumidoras. Este tipo de atividade foi muito comum no Brasil entre os séculos XVII e XX.

⁷ Bandeirantes eram pessoas que, contratadas pelo Governo ou por conta própria, durante o Período Colonial, organizavam e executavam expedições para o interior do Brasil, com o intuito de expandir o território, encontrar riquezas, capturar escravos etc.

As pesquisas de Bernard Pecqueur e Gabriel Colletis sobre desenvolvimento territorial trouxeram importantes contribuições para o campo da Geografia Econômica. Duas noções utilizadas em seus estudos fazem parte do arcabouço teórico no qual se apóia esta pesquisa: recurso e ativo territorial.

Pecqueur e Colletis observam que os atores presentes num dado recorte espacial tentam desenvolver ações coletivas, cujo grau de coordenação e eficácia pode determinar a resolução de problemas comuns e a valorização de recursos presentes neste espaço. A articulação entre os atores para valorizar as riquezas de que dispõe é uma dinâmica de desenvolvimento local (Pecqueur, 1989).

Este recorte espacial, uma forma de delimitação político-administrativa, a qual Pecqueur denomina território-dado, pode ser palco de diversas iniciativas coletivas de valorização de recursos territoriais. Ou seja, um território pode comportar vários recursos territoriais. Esta premissa não pode levar à idéia de que o recurso territorial é facilmente identificável. Mesmo que pré-exista à ação dos atores, o recurso é latente, virtual. E assim se manterá enquanto não reunir as condições necessárias para ser revelado e explorado. É algo que precede ao *input* porque ainda não se tornou objeto de um processo produtivo. Entretanto, quando as condições se fazem presentes para que um recurso seja identificado e valorizado por iniciativas coletivas, ele se transforma em um ativo territorial.

Estas iniciativas coletivas podem gerar recursos e ativos territoriais de duas espécies: genéricos ou específicos. Os genéricos são passíveis de serem transferidos para outro contexto, não importando quem os produza. No seu valor não está agregado o “espírito do lugar”. De modo diverso, os recursos e ativos específicos são de difícil transferência e replicação, pois são resultantes da articulação entre atores em um dado contexto, fruto da trajetória constitutiva do território.

A metamorfose de um recurso em um ativo específico é uma ação complexa. É o “resultado de uma longa história, da memória social acumulada, de uma aprendizagem coletiva cognitiva”. (Colletis, 2005, p. 6). A valorização do recurso é uma construção social, que nasce da percepção comum, da visão partilhada dos atores sobre o território. Se há um ambiente institucional que favoreça a interação entre atores, onde compartilhar códigos comuns e atitudes recíprocas de confiança e cooperação (Camagni, 2006), os processos de ativação poderão ser mais frequentes, pois a ação coletiva é facilitada.

A experiência de valorização do vinho elaborado com a variedade “Goethe”, analisada por Velloso (2008), ajuda a ilustrar este referencial teórico. Nas cidades de Urussanga e Pedras Grandes, no sul do estado de Santa Catarina, produtores de uva e de vinho, comerciantes e agentes de turismo criaram uma associação para valorizar o produto. Tiveram o apoio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de SC, do Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa, do Governo do Estado, das prefeituras e da Universidade Federal de Santa Catarina.

Os obstáculos iniciais, como a falta de recursos financeiros, cognitivos e organizacionais e as divergências nas percepções sobre o recurso e o território, foram paulatinamente resolvidos quando estes atores começaram a interagir. Aos poucos, foram construindo uma visão compartilhada sobre a importância da valorização do produto para os envolvidos, para o desenvolvimento da região e os caminhos que poderiam tomar para atingir este

objetivo. Enfim, estabeleceram normas de conduta que permitiram estabelecer os custos individuais e os benefícios coletivos (Cunha, 2009).

Ainda que muitos conflitos não tenham sido solucionados, o processo desencadeou uma ação coletiva, que gerou a identificação e a ativação do recurso, culminando com a obtenção do selo de indicação de procedência. Evidentemente, este processo não se inicia com a criação da associação, mas é catalisado por ela, que funciona como um espaço de interação e aprendizagem coletiva.

Em um contexto de crescente competitividade entre regiões, induzido pela globalização dos mercados mundiais, a ativação de recursos específicos torna-se um fator de desenvolvimento. Transformar um recurso em um ativo específico pode significar a substituição do princípio ricardiano da vantagem comparativa pela “vantagem diferenciadora” (Pecqueur, 2006) ou “vantagem absoluta” (Camagni, 2006). Significa, em última análise, escapar de uma lógica de guerra de custos e preços e entrar numa situação de monopólio.

Como a situação de monopólio não é permanente, o que determinará o grau de competitividade e desenvolvimento de um território é a capacidade de mobilização coletiva dos atores que lhes permita estabilizar as relações para manterem uma posição dominante. Por isso, a ação coletiva – entendida aqui como a ação desenvolvida por um conjunto de indivíduos com interesses compartilhados, cujo objetivo é a obtenção de resultados que possam beneficiar a todos os envolvidos (Beduschi, 2006) – torna-se uma condição indispensável para o desenvolvimento

Mas por quais motivos os atores de uma região conseguem se mobilizar de modo mais eficaz que outros? Ou, ainda, por que ações coletivas prevalecem em situações nas quais o oportunismo poderia ter lugar? O próximo item discute as possíveis respostas a essas perguntas.

3 AS CONTRIBUIÇÕES E OS LIMITES DA TEORIA DO CAPITAL SOCIAL

Para os pesquisadores e demais profissionais que mergulham na temática do desenvolvimento, a teoria do capital social se tornou uma passagem obrigatória para a compreensão das dinâmicas territoriais. Porém, seu uso é tão importante quanto controverso.

Uma das controvérsias diz respeito ao próprio conceito, que encontra uma pluralidade de formas na literatura. Apesar disso, o capital social é frequentemente entendido como um bem imaterial e social, que deriva “das conexões e acesso dos atores sociais aos recursos existentes nas redes ou grupos dos quais fazem parte” (Cunha, 2009, p. 42).

Para Putnam (1993), um dos autores mais citados nos debates atuais sobre o tema, o capital social se constrói na presença de duas condições. A primeira é a existência de redes sociais estabelecidas pelos atores; a segunda, a existência de relações de confiança, normas e sistemas de participação entre os atores. Estas condições, que, segundo Putnam, caracterizam uma “comunidade cívica”, são responsáveis pela maior capacidade dos atores em cooperar para agir de forma coletiva e afastar a possibilidade de comportamentos oportunistas.

Nesta perspectiva, a cooperação, que é um fator importante para a ação coletiva, nasce da confiança, fortalecida pela prática reiterada das noções socialmente estabelecidas durante a trajetória de uma comunidade. É uma abordagem que entende a cooperação como a expressão da virtude cívica, que se alcança de modo pacífico pela comunidade na busca das melhores soluções para todos (Abramovay, 2006). Uma crítica recorrente sobre a abordagem de Putnam em relação à idéia de comunidade cívica é que ela não evidencia de forma explícita os conflitos de interesses entre os atores que a compõem. Ainda que possa ser identificado um alto grau de confiança entre os atores sociais de uma determinada comunidade, isso não significa necessariamente a ausência de conflitos; ao contrário, é justamente a confiança acumulada o que permite que os atores sociais encontrem caminhos para a sua resolução.

Apesar de amplamente aceita e utilizada, é razoável conceber que a teoria do capital social comporte alguns limites para interpretação de determinadas realidades. Não é de modo algum uma panacéia. Ao contrário, como afirma Trigilia (2002), seu uso inadvertido comporta alguns riscos.

Um dos riscos mais comuns àqueles que lançam mão da teoria do capital social é atribuir às redes conseqüências predominantemente positivas. A simples existência de redes não presume a coordenação entre os atores. Isto se torna mais claro se o capital social não é visto como a mera disponibilidade a cooperar no âmbito de um quadro de confiança difusa. A inserção em uma rede é um recurso de caráter instrumental e, deste modo, pode ser utilizada para fins diversos. Através dela, os atores podem ter acesso a vários recursos de que não dispõem isoladamente, como também podem fazer uso para circular informações redundantes e restringir o contato com outros atores. Analisando estes aspectos das redes, Granovetter (1983) desenvolveu a teoria dos laços fortes e laços fracos.

Para Granovetter (1983), os laços fortes, que se estabelecem, por exemplo, em relações de parentesco e entre amigos próximos, podem reduzir o universo cognitivo e o acesso a novos recursos, pois a coesão muito forte impede o estabelecimento de novas conexões à rede. Em oposição, os laços fracos, mantidos entre conhecidos e pessoas mais distantes, seriam fontes de novas informações, além de possibilitariam a mobilização de diferentes atores e recursos. Isso é o que se verifica, em certa medida, no CODETER..Formado quase exclusivamente por atores ligados ao setor agropecuário, em especial, provenientes da agricultura familiar, suas ações não conseguem extrapolar esse campo, restando longe da prometida interssetorialidade que o colegiado poderia proporcionar.

Outro risco implícito na teoria do capital social é a tendência em atribuir aos atores da rede uma ação racional instrumental. Esta tendência, na opinião de Raud, aproxima-se “perigosamente da lógica economicista ao instrumentalizar os laços sociais” (2008, p. 47). Assim como o comportamento econômico não pode ser restrito à visão utilitarista, a ação dos atores não pode estar somente vinculada à rede. Outros fatores, como a rotina, valores, regras morais e regras formais (leis) podem influenciar a ação dos atores.

Tal crítica coloca em cheque a dicotomia confiança-cooperação (ou desconfiança-conflito), tão cara à teoria do capital social. Primeiramente, porque a ordem social local pode ser questionada pelos atores e suscitar conflitos, mesmos nas comunidades cívicas de Putnam. Ou seja, os conflitos existem mesmo onde há “confiança difusa”. Em segundo lugar, porque a confiança não é a única fonte da cooperação, ela pode encontrar sua razão de

existir em outros fatores. Então, mesmo onde há cooperação, pode não haver “confiança difusa”.

O que se constata diante desses riscos é que a teoria do capital social não pode ser mobilizada de forma isolada para interpretar o caso da Serra Catarinense. Suas contribuições devem ser consideradas juntamente com outras ferramentas para suprir as limitações apontadas. A Nova Sociologia Econômica oferece alguns instrumentos que podem ser úteis para a execução desta tarefa.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DA NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

A divisão do trabalho que afastou a Sociologia da análise dos fenômenos econômicos e o relativo desinteresse da Economia em relação à análise dos mercados (“market place”) perdem força por volta de 1970 com a emergência da Nova Economia Institucional e da Nova Sociologia Econômica. Embora utilizem abordagens diferentes, ambas colocam o foco no papel das interações humanas para analisar os mercados (Abramovay, 2004).

A Nova Sociologia Econômica (NSE) tenta desenvolver uma teoria da ação econômica mais construtivista, que não veja o ator numa concepção supersocializada, como na Sociologia, nem sub-socializada, como na Economia. Ela “busca seu caminho unindo análises sociológicas e econômicas de maneira a obter uma explicação melhor para os fatos socioeconômicos do que a explicação fornecida pela teoria econômica” (Steiner, 2006, p. 28).

O campo de estudos da Sociologia Econômica é ampliado, com a inclusão de alguns temas ausentes na Sociologia Econômica Clássica, como a capacidade empresarial e o papel do direito na economia. Além disso, algumas teorias e conceitos foram revisitados. “Foi nessa conjuntura que Mark Granovetter sugeriu que talvez se pudessem fundir as idéias de Karl Polanyi sobre ‘enraizamento’ com a análise de redes” (Swedberg, 2004, p. 16).

Nessa esteira, a Sociologia Econômica resgata os mercados como objeto de estudo, engendrando a formulação de novas teorias. Dessas novas teorias, a idéia de que os mercados são o resultado de processos contextualizados de relações sociais que podem ser empiricamente analisados tem significativa importância para esta pesquisa. Analisar o mercado sob este ângulo contribuiu para o entendimento de que existem tanto “mercados” quanto “territórios”, que moldam e são moldados pelas relações que os atores estabelecem localmente entre eles e com o ambiente.

4.1 A Construção Social do Território na Perspectiva da NSE

Ao analisar a Itália da pequena e média empresa, dos *distretti industriali*, Arnaldo Bagnasco (1988) percebeu que a autonomia do sistema econômico e o anonimato dos atores no mercado, como defendido pela Economia, não encontravam espaço. Ao contrário, nessa região que ficou conhecida como Terceira Itália, economia e sociedade se entrelaçavam de tal forma que as transações mercantis, como contratação de mão-de-obra, produção e circulação de mercadorias, obedeciam a padrões cognitivos, culturais, institucionais e políticos forjados localmente pela sociedade.

Na visão do sociólogo italiano, o mercado não era um simples encontro entre as curvas de demanda e oferta, ou, ainda, o resultado de uma negociação pela busca de maior eficiência

econômica, mas uma construção social, fruto da trajetória de um tipo particular de sociedade regional. Havia nesses distritos uma forma de solidariedade e de cooperação que encontraram condições de emergência e auto-reforço, permitindo o desenvolvimento do modelo específico de economia difusa da Terceira Itália.

Os estudos sobre os distritos industriais, como o de Bagnasco, permitiram evidenciar uma questão ignorada pela ortodoxia das Ciências Econômicas, o papel das relações sociais e das instituições estabelecidas localmente na condução da trajetória do território. Como afirma Raud, os distritos “manifestam a tentativa de uma população para guardar uma certa continuidade no processo de desenvolvimento, de acordo com os traços socioeconômicos e político-culturais locais” (1999, p. 81).

A continuidade de um processo de desenvolvimento não significa, porém, ausência de visões divergentes e de conflitos. O espaço social onde os atores interagem também é permeado por disputas por uma melhor posição dentro da estrutura social. Como explica Bourdieu, (2005), a sociedade é estruturada em espaços de lutas socialmente construídos, os “campos”, nos quais atores dotados assimetricamente de diferentes formas de capital (financeiro, cultural, social, jurídico, tecnológico, organizacional etc.) estabelecem relações objetivas para manter ou transformar a estrutura do campo – isto é, para dar continuidade a um modelo ou para alterá-lo a fim de manter o domínio ou conquistar uma posição dominante dentro da estrutura social.

Apoiando-se na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, Neil Fligstein analisa os processos de interação entre os atores no campo através do que denomina “habilidade social” (“social skill”). De acordo com Fligstein, (2001), a cooperação é resultado da habilidade social que certos atores sociais detêm, isto é, a capacidade de determinados atores sociais em induzir outros a engajarem em uma ação coletiva, promovendo a construção e reprodução e/ou transformação da ordem social local. Obter a cooperação alheia pode significar a manutenção de uma posição dominante dentro do campo (ou território), bem como a alteração da estrutura do campo e a conquista desta posição por outros atores.

Estas concepções convergem para a noção de território como um campo socialmente construído, na qual as interações entre os atores, conflituosas ou cooperativas, vão “moldando ao longo do tempo uma determinada identidade e formas particulares de relacionamento entre eles [...] e deles com a natureza” (Beduschi, 2007, p. 104).

E é nesse processo de construção territorial que determinados atores buscam a cooperação alheia para a “legitimação dos seus próprios pontos de vista sobre determinados objetos ou situações, de forma a perpetuar as relações de dominação que permitem a sua reprodução social ou alterar a ordem social de forma a subverter relações de poder que lhe são desfavoráveis” (idem, p. 106).

5 CONCLUSÕES

As contribuições da NSE serão de grande valia para a pesquisa na medida em que disponibilizam instrumentos que permitem investigar os conflitos e interesses entre os atores que estão escamoteados mesmo em situações onde confiança e cooperação se fazem presentes. Dessa forma, procura-se escapar da tendência a prescrever recomendações genéricas que ignoram as diferentes dinâmicas locais.

Um segundo aspecto relevante do uso da NSE para a pesquisa se constitui na possibilidade de vislumbrar possibilidades de mudança institucional derivadas da percepção da natureza da cooperação. Este caminho se torna mais claro com o auxílio da noção de habilidade social, que, de certo modo, desmistifica a idéia de cooperação como “benção” a que somente algumas sociedades têm direito.

À luz dessas contribuições e das evidências empíricas colhidas até o momento, é possível elaborar algumas conclusões preliminares. Primeiramente, analisa-se o CODETER. Sua composição, majoritariamente de representantes do setor agropecuário, em especial provenientes da agricultura familiar, evidencia a fragilidade do instrumento de formação do colegiado, o que sugere a confirmação da segunda hipótese. A adaptação desse instrumento para a Serra Catarinense não levou em conta os conflitos sociais, os jogos de interesse entre os atores. O fato de se tolerar a representação homogênea no colegiado, embora estimule a confiança e a cooperação interna (“laços fortes”), gera uma tímida interação com atores de outras organizações e setores, reduzindo as possibilidades de resolução dos conflitos e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no território.

A essa constatação também está relacionada a segunda hipótese. Não só o CODETER age dessa maneira, pois outras organizações mostram a mesma postura. Duas experiências corroboram esta afirmação. Um estudo recente (Búrigo *et al.*, 2009) demonstrou que um grupo de atores envolvidos com a produção agroecológica e outro representante do setor da madeira e papel-celulose “além de não disporem de nenhum canal de interlocução, apresentam estratégias que se confrontam” (idem, p. 266). Em outro caso, a tentativa de valorização do pinhão⁸ por uma cooperativa de agricultores com sede em Lages, a Ecoserra, tem encontrado barreiras técnicas, como apontou uma funcionária da cooperativa durante a pesquisa de campo. Quando perguntado à funcionária se haveria uma possibilidade de dialogar com outros atores, inclusive com o CODETER, a resposta foi negativa, salientando que ninguém na região estaria interessado em fortalecer esse processo de valorização.

Esse complicado quadro territorial, onde os conflitos são mais fortes que a vontade de dialogar, diminui drasticamente a possibilidade de mobilização e aprendizagem coletiva, implicando o menor aproveitamento dos recursos territoriais. Esse é, de certa forma, uma traço marcante da identidade do território, construída ao longo da trajetória desta sociedade e que, apesar de favorecer alguns poucos que se encontram em posição dominante, pode encontrar seu ponto de mutação e tomar um novo rumo, como já aconteceu em outros territórios (Beduschi, 2006). A ampliação e diversificação da participação social podem, nesse sentido, contribuir para a construção de processos de aprendizagem social que tenham como horizonte a ativação dos recursos territoriais. Resta saber se o aparato institucional que está sendo implementado no território conseguirá romper a inércia que dificulta a emergência de tais ações coletivas. A essa questão serão dedicados os próximos esforços de pesquisa no território.

6 REFERÊNCIAS

Abramovay, R. (2000) O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural, **Economia Aplicada**, 2(4), 379-397.

⁸ Um tipo de castanha comum na Serra Catarinense.

Abramovay, R. (2006) Para una teoria de los estudios territoriales, *in* M. Mazanal, G. Neiman, M. Lattuada (org.), **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**, Fundación Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad, Buenos Aires.

Bagnasco, A. (1988) **La Construzione Sociale del Mercato: studi sullo sviluppo di piccola impresa in Italia**, Il Mulino, Bologna.

Beduschi Filho, L. C., Abramovay, R. (2004) Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais, **Nova Economia**, 14, 35-70.

Beduschi Filho, L. C. (2006) **Participação, aprendizagem social e o desenvolvimento de regiões rurais**, < <http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/POR/IGC/IGC/IGC/FULL/1580268>> (20 de setembro de 2009).

Beduschi Filho, L. C. (2007) Los desafios de la investigación em territorios rurales: actores, intereses y habilidades sociales, *in* J. Bengoa (ed.), **Territórios rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial em América Latina**, Catalonia, Santiago de Chile.

Bourdieu, P. (1989) **O Poder Simbólico**, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

Bourdieu, P. (2005) O Campo Econômico, **Política & Sociedade**, 6, 15-57.

Búrigo, F. L., Cazella, A. A. (2008) O Desenvolvimento Territorial no Planalto Catarinense: o difícil caminho da intersectorialidade, **Revista Extensão Rural**, 15(1), 5-30.

Búrigo, F. L., Cazella, A. A. (2009) Impasses do Desenvolvimento Territorial na Serra Catarinense: limitação agroecológica frente à expansão do 'deserto verde', *in* A. A. Cazella, P. Bonnal, R. S. Maluf (org.), **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**, Maud, Rio de Janeiro.

Camagni, R. (2006) Competitivité Territoriale: la recherche d'avantage absolus, **Reflets et Perspectives**, 46(1), 95-115.

Coleman, J. S. (1988) Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, **The American Journal of Sociology**, 94, 95-120.

Colletis, G., Pecqueur, B. (2005) Révélation de Ressources Spécifiques et Coordination Située, **Revue Economie et Institutions**, 6 e7, 111-128.

Cunha, F. M. (2009) **Para além da participação: aprendizagem social na gestão de recursos hídricos**. Tese de Doutorado. São Paulo: PROCAM/USP.

Damo, M. S., Turnes, V. A. (2004) Relatório de Pesquisa: Diagnóstico do Capital Social da Região de São Joaquim, **Relatório do Capital Social Região de São Joaquim**, Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, Florianópolis.

Fligstein, N. (2001) **Social Skill and the Theory of Fields**, <http://publish.escholarship.org/cgi/viewpdf.cgi?article=1000&context=iir/ccop&preview_mode=> (16 de junho de 2009).

Flores, M. (2008) La identidad cultural del territorio como base de una estrategia de desarrollo sostenible, **Opera**, 7, 35-54.

Granovetter, M. (1983) **The Strength of Weak Ties: a network theory revisited**, <http://www.si.umich.edu/~rfrost/courses/SI110/READINGS/In_Out_and_Beyond/Granovetter.pdf> (29 março de 2009).

Granovetter, M. (1985) Economic Action and Social Structure: the problem of the embeddedness, **American Journal of Sociology**, 91, 841-510.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005) **Territórios rurais: conceito**. <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=476>> (10 de março de 2010).

Pecqueur, B. (1989) **Le Développement Local**, Syros, Paris.

Pecqueur, B. (2006) A Guinada Territorial da Economia Global, **Revista Eisforia**, 4, 81-103.

Putnam, R. (1993) **La Tradizione Civica Nelle Regione Italiane**, Mondadori, Milão.

Ranaboldo, C., Schejtman, A. (eds.) (2009) **El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas**, <http://www.rimisp.org/proyectos/seccion_adicional.php?id_proyecto=188&id_sub=362> (12 de janeiro de 2010)

Raud, C. (1999) **Indústria, Território e Meio Ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da experiência catarinense**, Editora da UFSC, Florianópolis.

Raud, C. (2008) As Contribuições da Sociologia Econômica à Compreensão das Dinâmicas Territoriais de Desenvolvimento, *in* I. M. Theis (org.), **Desenvolvimento e Território: questões teóricas, evidências empíricas**, Edunisc, Santa Cruz do Sul.

Steiner, P. (2006) **A Sociologia Econômica**, Editora Atlas, São Paulo.

Swedberg, R. (2004) Sociologia Econômica: hoje e amanhã, **Tempo Social**, 16(2), 7-34.

Trigilia, C. (2002) **Sociologia Economica: temi e percorsi contemporanei**, Il Mulino, Bologna.

Villoso, C. Q (2008) **Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial Sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território**, <www.pos.ufsc.br/arquivos/41000382/diversos/Carolina.pdf> (16 de outubro de 2009).